

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos doze dias do mês de outubro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, a Primeira Secretária – Sílvia Soares, e do Segundo Secretário – Manuel Cunha, em substituição de Raul Cunha. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Foram anunciados os seguintes pedidos: de substituição, *para o dia doze*, Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU; *pelo período de vinte dias*, Raul Jorge Fernandes Cunha e José Carlos Leite Pereira da Silva, eleitos pelo Partido Socialista (PS); *pelo período de trinta dias*, Albino da Silva e Sousa e Susana Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, eleitos na Coligação Juntos Por Fafe. Colocados a votação, foram aprovados por unanimidade. Solicitaram, ainda, a *substituição* pelo respetivo Secretário, o Presidente da Junta de Freguesia de Silvares S. Martinho e, pelo Tesoureiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Travassós. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de setenta e um Membros. -----

-----Passou-se de imediato para a Ordem de Trabalhos para ***discussão e deliberação da Assembleia Municipal de Fafe, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 11º, da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.***-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para apresentar a Proposta de Pronúncia elaborada pela Comissão composta por um elemento de cada grupo com assento na Assembleia Municipal, nomeadamente, Raul Rebelo Cunha, eleito pelo PS; Maria Cristina Azevedo Pinho de Sousa, eleita na lista Independentes Por Fafe; José Augusto Rodrigues de Sousa, do PSD, Orlando Carvalho Leite do CDS-PP, e Américo Castro, eleito pela CDU, com a coordenação do Presidente da Assembleia Municipal, Laurentino Dias e da Segunda Secretário, Sílvia Soares.-----

De seguida prestou alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da Comissão. Afirmou que a proposta de pronúncia foi obtida depois de terem solicitado às Juntas e Assembleias de Freguesia que dessem as suas opiniões e de todos os membros que integraram a Comissão terem apresentado as suas propostas. Explicou que esta proposta era o resultado da junção de todas as propostas apresentadas pelos respetivos Membros. Afirmou que proposta apresentada era o resultado do trabalho da Comissão, no entanto não era a proposta de nenhum Membro em particular, não tinha sido objeto de votação e que nenhum Membro que integrava a Comissão lhe estava vinculado.-----

Esclareceu que o consenso na Comissão era o de construir uma proposta para que a Assembleia Municipal se pronunciasse e não construir uma proposta subscrita pelos elementos que integraram a Comissão, vinculando-os a essa mesma proposta ou mesmo as forças partidárias que representavam.-----

Explicou o teor da Proposta de Pronúncia distribuído pelos Membros da Assembleia Municipal.-----

Terminou, agradecendo a todos os participantes na Comissão pelo bom funcionamento da mesma.-----

-----De seguida, informou os presentes da existência de uma **Proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU)**, constituída por vários considerandos sobre a Lei 22/2012, onde era proposto que a Assembleia manifestasse a sua rejeição à Reforma da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, não exercendo, dessa forma, a pronúncia.-----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra o proponente, **Américo Castro**, eleito pela CDU, para reafirmar a sua posição contra o assunto em debate, salientando que essa era também a posição do partido que representava. Explicou que a sua participação na Comissão não o vinculava a que reafirmasse a sua posição contra a reorganização administrativa na presente Assembleia.-----

Salientou, uma vez mais, o desconhecimento do legislador sobre a realidade do país e concretamente do concelho de Fafe.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para salientar que a posição do Partido Socialista (PS), quer a nível nacional ou mesmo concelhio, era contra a Lei n.º 22/2012, afirmando no entanto que era

um lei que estava em vigor e que tinha que ser cumprida, apesar de não concordarem.-----

Esclareceu a posição do PS sobre a reorganização administrativa, concretamente que era entendimento do PS que a não pronúncia não defendia os interesses da população de Fafe e, nesse sentido, iam votar contra a presente proposta.-----

-----Seguidamente, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, para manifestar a sua concordância com a proposta em discussão, atendendo a que era a posição também defendida pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).-----

Afirmou que a forma de impedir a reorganização seria que todas as Assembleias Municipais não se pronunciassem ou votassem contra.-----

-----Posteriormente interveio **Miguel Summavielle**, dos IPF, para manifestar a sua concordância com a proposta apresentada, apesar de reconhecer a necessidade de realização de algumas reformas que permitissem efetivamente poupar. Mencionou que não podiam aceitar a redução de freguesias quando os partidos políticos não conseguiam entendimento quanto à reforma eleitoral.-----

Esclareceu que aceitaram integrar a Comissão, como sempre o faziam, contribuindo para a discussão e procurando que fosse efetivamente produtiva. Mencionou que a proposta apresentada pela CDU tinha como resultado final, genericamente, aquilo que defendiam, não querendo isso dizer que concordavam com todos os considerandos. Afirmou, ainda, que não ia dar indicação de voto ao Grupo IPF, explicando apenas a sua posição.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Augusto de Sousa**, do PSD, para reafirmar que a questão da redução do número de freguesias tinha sido abordada inicialmente no memorando da TROIKA¹ ainda, com o Governo PS.

-----Posteriormente, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para afirmar que não era contra as freguesias salientando, no entanto, que tinham que ser realistas e aplicar a lei. Regozijou-se com o trabalho da Comissão, louvando todos os que a integraram.-----

¹ *designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia*

Mencionou que não se pronunciando seria pior para as freguesias, esclarecendo, ainda, que o que estava em causa era a agregação e não a extinção das freguesias.-----

Por tudo afirmou que o sentido de voto do CDS era contra a presente proposta.

-----De seguida retomou a palavra **Américo Castro**, da CDU, para comentar a confusão que resultava da lei sobre a reorganização administrativa. Comentou a postura do PS, mencionando que, a exemplo do comportamento do PS nacional, que estava sempre contra determinados assuntos mas na hora da votação, votava a favor.-----

-----Não havendo mais intervenções **foi colocada a votação, sendo rejeitada, por maioria, com cinquenta e um votos contra, dezoito a favor.**--

-----Posteriormente foi colocada a discussão a **Proposta de Pronúncia** apresentada pela Comissão.-----

-----Tomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do PSD, começando por fazer uma resenha histórica sobre a origem da lei n.º 22/2012.-----

Afirmou que a proposta de pronúncia apresentada era a proposta do PS, do líder concelhio daquele partido, salientando que não apresentava nenhuma coerência nas suas opções, a não ser a coerência política.-----

Mencionou que uma verdadeira reforma era aquela que dava escala às freguesias, que tornava mais eficaz a sua ação, oferecendo serviços e melhorando a qualidade da população.-----

Referiu que a proposta apresentada era o exemplificativo de tudo o que de pior poderia acontecer e que congregava um esforço do PS em sanear presidentes de junta dos quais se pretendiam livrar. -----

Afirmou que se estava a perder uma boa oportunidade de efetuarem uma boa reforma estrutural, mencionando que a reforma ora apresentada era o caminho direto para perpetuar o atraso e impedir o crescimento de muitas freguesias do concelho, salientando que o maior perigo da reforma administrativa era o aproveitamento político por parte dos partidos.-----

Referiu que iam votar contra a proposta apresentada, porque não pretendiam corroborar com tamanho erro, salientando que a aprovação da presente proposta provava que Fafe não sabia aproveitar as oportunidades.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, do grupo IPF, para salientar que, relativamente à proposta apresentada pela CDU, os

Membros do Grupo IPF demonstraram que, mesmo não estando absolutamente de acordo com a proposta, que não era apresentada por eles, souberam dela colher o melhor mérito e votar favoravelmente.-----

Afirmou ainda que não tinham medo das leis do País, salientando que tinham o seu pensamento e iam levá-lo até ao fim. Mencionou que se não concordavam com as coisas, apesar delas existirem, deveriam manifestar a sua opinião e fazê-lo da forma que lhes era possível.-----

Enumerou os quatro eixos de atuação da Reforma da Administração Local: o setor empresarial local, a organização do território, a gestão municipal intermunicipal e financiamento e a democracia local, recordando que a proposta de lei foi apresentada com o argumento de que cada um desses quatro vetores traria alterações profundas visando a melhoria da gestão do território e da prestação do serviço público aos cidadãos. Referiu que não refutavam o mérito das intenções, concordando mesmo que a reforma se justificava e poderia significar uma agilização da função pública, com uma consequente redução de custos inerentes ao seu funcionamento, não podendo discordar desse princípio. Afirmou, no entanto, que, como em quase tudo o que envolvia interesses político-partidários, muito pouco do que havia sido proposto tinha sido feito, concretamente, que, se o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais tinha entrado em vigor em finais de Agosto, os restantes três eixos reformadores tinham ficado muito aquém do esperado.-----

Lamentou que a reforma do mapa administrativo se ficasse pela extinção das freguesias, esquecendo o incentivo à fusão de municípios tendo como base a identidade e a continuidade territorial. Lembrou que a lei eleitoral autárquica caiu por terra e, quanto à gestão municipal, intermunicipal e de financiamento, de relevante nada tinha sido dito ou feito.-----

Afirmou que apesar de concordarem com os princípios não se reviam na forma como todo o processo estava a ser conduzido, muito menos aceitando as prioridades definidas, não aceitando que se avançasse para a extinção de freguesias sem olhar para a fusão de municípios, ou rever a lei eleitoral autárquica. Assim, e apesar de terem participado na Comissão criada pela Assembleia Municipal, mencionou que eram do entendimento que não estavam reunidas condições para que se avançasse com o processo, referindo que não

era justo pedir aos cidadãos que aceitassem uma reforma do mapa administrativo que contemplava apenas os mais pequenos. -----

Mencionou que não concordavam nem nunca compactuariam com reformas dirigidas e que visavam atingir apenas os que tinham menos condições para se defenderem. Dessa forma, afirmou que não lhes restava outro caminho que não fosse o de uma oposição frontal a essa medida do Governo, pronunciando-se contra qualquer fusão de freguesias no concelho de Fafe, votando contra toda e qualquer proposta que visasse esse fim. Afirmou, ainda, que se os governantes pretendessem debater a reforma do mapa administrativo com seriedade, deveriam também estar dispostos a cumprir com todas as metas definidas, salientando que quando tal acontecesse estariam disponíveis para encontrar uma solução que fosse cuidada e racional, mencionando que, até esse momento, não contassem com o Grupo IPF para pedir sacrifícios aos de sempre, aprovando medidas que apenas significavam a perda de qualidade de vida, quando aqueles que mais obrigação tinham que contribuir para a reforma do país “assobiavam” para o lado, escusando-se a sacrificar os seus interesses político partidários em prol do bem comum.-----

-----Posteriormente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe**, para assumir a sua discordância perante qualquer projeto saído da Assembleia Municipal que colocasse em causa a independência das trinta e seis freguesias do concelho de Fafe. Salientou a sua defesa pela política de proximidade dos cidadãos aos diversos serviços prestados pelas várias instituições do concelho. Afirmou que a lei n.º 22/2012 era um ataque feroz às autarquias desde o 25 de Abril de 1974. Mencionou que, atendendo aos critérios que levaram à agregação apresentada pela Comissão, poderiam ter sido outras as freguesias contempladas e que a Comissão tinha entendido não agrupar. -----

Afirmou que todas as freguesias tinham a sua própria identidade e a história do seu povo traçada ao longo dos tempos. Mencionou que na presente sessão se deveriam unir, votando contra a “batota política” que lhes era imposta contra a vontade das suas populações, sem as ouvir, no incumprimento da constituição portuguesa.-----

Reportando-se às freguesias agregadas, afirmou que o órgão autárquico deveria respeitar a liberdade dos povos das freguesias, ouvindo-os.-----

Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, também na qualidade de Deputado da Assembleia da República, e ao Presidente da Câmara Municipal apelou para que defendessem todas as freguesias do seu concelho porque também tinha sido para isso que tinham sido eleitos.-----

Terminou, lendo as conclusões do segundo encontro nacional de freguesias, realizado no passado dia quinze de Setembro do corrente ano, em Matosinhos.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para afirmar que, desde a publicação do Documento Verde que resultou na publicação da Lei n.º 22/2012, o PS se manifestou sempre contra a Lei, porque esquecia a regionalização, porque não pensava nos municípios, não fazia acompanhar esta lei de uma revisão da lei eleitoral, não ia fazer uma redução de custos para a administração central e, sumariamente, porque não trazia nenhum benefício para as populações.-----

Lembrou a Assembleia que, desde a aprovação da criação de uma comissão eventual para a discussão da reforma administrativa até à data da presente sessão, que, em Fafe, apenas o PS, a CDU e o Grupo de Independentes Por Fafe se tinham pronunciado contra a reforma administrativa. -----

Referiu que mesmo sendo contra a lei, o PS também tinha referido que, quando confrontado com a inevitabilidade de a cumprir, estaria disposto para conversar com os outros partidos e que tinha sido nesse seguimento que tinham votado favoravelmente a proposta do CDS-PP para a criação de uma comissão para discussão do assunto.-----

Mencionou que o PS participou na discussão do assunto na Comissão de uma forma séria, responsável e com sentido de colaboração, no sentido de tentarem encontrar uma proposta que defendesse o mais possível os interesses da população.-----

Afirmou que, como partido maioritário na Assembleia Municipal e nas freguesias, o PS tinha especial responsabilidade de se pronunciar não deixando essa responsabilidade para uma Comissão Técnica em Lisboa que decidiria o novo mapa para Fafe. Referiu que os cidadãos não iriam perceber que a Assembleia não se manifestasse quanto a essa matéria.-----

Quanto à proposta apresentada afirmou que o PS era coerente com aquilo que sempre enunciou e tinha que naturalmente ter uma proposta minimalista, que

cumprisse a lei naquilo que obrigava. Afirmou que os partidos políticos deveriam decidir se pretendiam que o novo mapa fosse elaborado em Lisboa, com a redução que a lei obrigava, ou se entendiam que a Assembleia se pronunciasse, com uma proposta de redução claramente inferior.-----

Salientou que o PS não estava contra as freguesias, que estava a zelar pelos seus interesses, os interesses da população de Fafe, fazendo, tentando e dando a sua colaboração para que a Assembleia Municipal aprovasse uma proposta que melhor defendesse os interesses da população fafense.-----

Quanto à tática eleitoral referenciada pelo PSD mencionou que, em trinta e seis freguesias, a grande maioria dos Presidentes da Juntas não se poderia recandidatar logo isso não podia ser um critério para qualquer das agregações efetuadas.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, do PSD, para se dirigir ao grupo IPF e dizer que o PSD era um partido que tinha na sua génese e matriz a social democracia e o reformismo, não tendo receio algum de qualquer lei que fosse reformista, desde que tivessem como objetivo a melhoria do país e das populações.-----

Dirigindo-se ao líder da bancada socialista, reafirmou que quem tinha assinado o memorando da TROIKA tinha sido o PS, onde constava a reforma do sistema administrativo local.-----

Reportando-se às palavras do líder da bancada do PS sobre a sua menção ao mapa do PS ser o mais minimalista possível, perguntou se não tinha sido um trabalho viciado e se a proposta da Mesa não era do PS e não uma proposta da Comissão, salientando que a proposta apresentada estava de acordo com aquilo que o Membro do PS defendeu na Assembleia, reafirmando que, nesses termos, poderiam concluir que a proposta que estava na Mesa era uma proposta do PS.-----

Referiu, ainda, que se houvesse critérios objetivos na proposta apresentada a população entenderia a agregação, no entanto a proposta não tinha critérios objetivos, não havendo ninguém na Assembleia que conseguisse justificar o porquê das agregações efetuadas e não outras.-----

Afirmou que a proposta que estava em cima da Mesa visava claramente critérios políticos do PS concelhio e que com isso se perdia uma oportunidade de fazer uma real reforma no concelho, lembrando, no entanto, que a

população julgaria a proposta apresentada e que o PSD certamente ia votar contra.-----

-----Posteriormente, interveio **Américo Castro**, da CDU, para demonstrar a sua estupefação sobre algumas intervenções, afirmando que para evitar as discussões bastava apenas que tivessem votado favoravelmente a proposta apresentada pela CDU. Afirmou, ainda, que, apesar da sua posição sobre o assunto, não concordava com as sugestões apresentadas na proposta.-----

Sobre o teor de algumas intervenções, afirmou que de facto o Memorando tinha sido assinado pelo PS, porém tinha sido aceite pelos partidos da coligação do Governo. Afirmou que os únicos partidos que discordaram foram a CDU e Bloco de Esquerda, e que os restantes assinaram. Recordou, ainda, que o documento falava da extinção dos Municípios, extinção essa que não se verificava. Afirmou que como sempre se “batia” nos mais pequenos.-----

Dirigindo-se a Raul Rebelo Cunha, afirmou que não bastava mencionar que se estava contra.-----

Terminou, referindo que a reforma não trazia benefícios nenhuns, não aproximava os cidadãos dos eleitos ou dos órgãos, voltando a insistir que tinham tido a oportunidade de evitar a proposta se tivessem aprovado a proposta da CDU. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, para afirmar que o CDS-PP desde o início do processo da reorganização territorial autárquica, tinha entendido a importância da Assembleia se pronunciar e apresentar uma proposta e que tal deveria ser feito, tendo por base um trabalho prévio para o efeito, através de uma comissão, pois só assim poderia decorrer com o tempo e ponderação necessária para uma proposta que tivesse em conta as especificidades do concelho de Fafe. -----

Afirmou que sempre entenderam que a Assembleia Municipal deveria exercer na plenitude das suas funções e poderes e que esta era uma oportunidade soberana de vincar tais competências.-----

Mencionou que numa matéria desta natureza, sempre disseram que não deveria ser outra comissão de Lisboa a decidir pela Assembleia. -----

Congratulou-se com a decisão da criação da Comissão. Referiu que reconhecia a existência de diferentes opiniões sobre a proposta apresentada e afirmou que foi sempre o entendimento da Comissão que o seu contributo era

importante na perspectiva de que a Assembleia deveria ter um trabalho sério, ponderado e que tivesse pelo menos a vantagem de se basear o mais possível em critérios objetivos e que espelhasse o conhecimento da realidade.-----

Afirmou que o CDS-PP se revia no resultado final da proposta e entendiam que a mesma deveria ser aprovada e assim cumprindo a Assembleia o dever de se pronunciar de uma forma fundamentada sobre um dos aspetos mais importantes das alterações da reorganização administrativa territorial autárquica.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Pedro Sousa**, do PSD, para fazer algumas observações e, dirigindo-se ao líder da bancada do PS, comparou-o ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa aquando da questão do aborto, concretamente que era proibido por lei, mas não era punido, e agora o PS dizia que estava contra a lei, mas votava a favor. Reportando-se à intervenção do líder da CDU, afirmou que era a favor da discussão de ideias e que a proposta apresentada deveria ser discutida, o que não queria dizer que ia contra aquilo que ela pretendia, mas deviam ser discutidas. Dirigindo-se ao Presidente da Mesa, que dirigiu os trabalhos da Comissão, perguntou sobre os critérios utilizados para a agregação das freguesias e o porquê dessa agregação e não de outra. Afirmou, ainda, que uma não ação era uma ação, porém uma ação má podia ter consequências piores.-----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre se havia ou não uma justificação plausível para a agregação proposta.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para responder que o trabalho da Comissão foi, desde o início, entendido como um trabalho delicado que tinha como objetivo produzir um resultado e que não seria necessariamente um resultado que a todos agradava. Afirmou, ainda, que esse era o resultado apresentado na proposta em discussão cujas razões mínimas que levaram a Comissão a optar por aquele mapa estavam elencadas na justificação da proposta. Informou também da existência de um convénio na Comissão para defesa da identidade, do bom nome e do respeito devido a quem participou de forma séria nessa Comissão, havendo o entendimento entre todos que se circunscreveriam ao documento em análise e não trariam para o plenário da Assembleia Municipal aquilo que tinha sido a discussão e opiniões que tiveram na preparação da proposta. Afirmou que a Assembleia devia respeitar as

peessoas que integraram a Comissão, que cumpriram com o mandato que a Assembleia lhes solicitou – preparar uma proposta e levá-la à Assembleia.-----

Reafirmou que todos os elementos que constituíram a Comissão apresentaram propostas, não crendo no entanto que devam falar sobre a forma como trabalharam uma vez que foi do foro interno da Comissão.-----

Salientou, ainda, que era do conhecimento de todos, desde há vários meses, que a Assembleia ia reunir para discutir o tema em análise e que não estava vedado a nenhum membro da Assembleia a apresentação de uma proposta fundamentada.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim**, que começou por demonstrar a sua perplexidade sobre algumas intervenções, uma vez que o normal seria que o elemento representado na Comissão informasse os Membros do Grupo que representava sobre aquilo que se estava a passar, logo algumas intervenções não faziam sentido. Afirmou, ainda, que o Grupo deveria seguir a orientação do Membro que integrou a Comissão.-----

Dirigindo-se a José Rodrigues, mencionou que concordava que o memorando tenha sido assinado pelo PS e concordava com a reorganização administrativa, porém não concordava com os moldes, que não tinham sido estabelecidos por um governo PS. -----

Agradeceu a sua candidatura lançada por Jorge Adélio Costa, salientando que tinha sido tornada “pública” ainda antes da candidatura à Câmara.-----

Entrando no tema da reorganização e na qualidade de Presidente de Junta manifestou-se contra afirmando, no entanto, que como cidadão era da opinião que o País necessitava que fosse efetuada alguma coisa. -----

Sobre a agregação da Freguesia de Aboim afirmou que iria assumir a sua responsabilidade, salientando, no entanto, que não concordava com o facto da Comissão se ter focado mais nas freguesias rurais, mais a norte ou a sul e nas mais pequenas, pensando que poderiam ter ido mais longe. Reportando-se ao mapa mencionou que não aceitava que no núcleo central, onde havia freguesias com uma área relativamente pequena, cujas distâncias de sede para sede era substancialmente inferior e que na sua opinião deveriam ter sido agregadas uma vez que o desconforto para a população daquelas freguesias

era menor do que para as freguesias mais a norte. Afirmou que, apesar de tudo, ia votar favoravelmente, justificando com uma declaração de voto.-----

Teceu, ainda, comentários sobre o lugar da Lagoa, salientando que não deveria ficar novamente dividida, que deveria ficar unida e a fazer parte apenas em uma agregação.-----

-----Sobre a questão de Lagoa, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer que na proposta que a Comissão subscreveu, mencionava claramente que a proposta defendia os limites territoriais de cada freguesia tal qual ela existia territorialmente, isto porque qualquer alteração da definição dos limites territoriais implicava um dossier e um conjunto de elementos não próprios de uma tomada de decisão para o que tinham sido convocados a tomar na presente sessão.-----

Afirmou, no entanto, que era uma matéria que estava na disponibilidade da Assembleia Municipal em termos de proposta.-----

-----Seguidamente, interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Armil**, para afirmar que gostaria de ouvir dos intervenientes da Comissão a justificação da agregação efetuada. Mencionou que a Comissão não tinha ouvido ninguém, concretamente que as juntas de freguesias que não tinham sido ouvidas. Questionou sobre os critérios utilizados para a agregação efetuada que deixaram freguesias com menos população que Armil fora de qualquer agregação, salientando apenas a existência de critérios políticos.-----

Afirmou que iria votar contra a presente proposta e iria defender a sua posição até ao Tribunal Constitucional se necessário fosse.-----

-----De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei** que começou por referir que o que estava em debate era apenas uma proposta apresentada por uma Comissão criada pela Assembleia Municipal. Reportando-se à lei, afirmou que era muito clara e que estabelecia regras que ninguém as tinha focado, concretamente, que as freguesias com menos de cento e cinquenta habitantes tinham que desaparecer e que, as restantes podiam ser agregadas. Mencionou que se estava a divagar muito, a criticar muito, no entanto alertou para o facto de apenas existir a proposta da Comissão na Mesa.-----

Reportando-se a uma intervenção do PSD e concretamente à forma como trataram a Comissão afirmou que deveriam ter respeito pela Comissão,

salientando que, de acordo com o documento entregue, a Comissão tinha reunido seis vezes para trabalhar. -----

Salientou, ainda, o problema dos prazos para as Assembleias se pronunciarem e que não o fazendo a decisão ficaria a cargo de uma comissão técnica, sendo pior para Fafe e para todos.-----

Afirmou que ia votar favoravelmente e esclareceu que emitiu o seu parecer na sequência de uma solicitação da Comissão.-----

Mencionou que a única questão que colocava na agregação em que estava inserido era a questão do lugar da Lagoa que não deveria continuar dividida. ---

-----Retomou a palavra **Jorge Adélio Costa**, do PSD, que, dirigindo-se ao Presidente da Junta de Moreira do Rei, salientou a sua falta de atenção às explicações do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sobre o assunto, mencionando que deveria ter percebido que havia outras propostas apresentadas na Comissão e que a proposta em discussão não era uma opção unânime.-----

Reportando-se à proposta de agregação apresentada reafirmou que não concordava, mencionando que não havia coerência na organização, concretamente na União de Freguesias de Armil e Silvaes S. Martinho e União de Freguesias de Silvaes S. Clemente e Antime.-----

Afirmou que essas agregações o tinham levado a efetuar a intervenção que teve e a afirmar que havia claramente interesses políticos, mencionando que não se podia de boa fé agregar Silvaes S. Martinho e Armil. -----

Afirmou que era a favor da agregação porém não concordava com a proposta apresentada.-----

-----Seguidamente, retomou a palavra **Miguel Summavielle**, do Grupo IPF, para salientar que a insistência dos Membros do PS em colar todas as forças partidárias à proposta era um bocadinho duvidosa.-----

Relembrou os esclarecimentos do Presidente da Mesa sobre o facto da proposta apresentada pela Comissão não ter sido sujeita a votação ou aprovação da Comissão.-----

Afirmou que todos os Membros se tinham esforçado para a apresentação de uma proposta que, se calhar, não tinha sido consensual nem refletia a posição de cada Membro da Comissão.

Sobre o argumento do cumprimento da lei, mencionou que iria aguardar pelas atitudes que iriam ser tomadas sobre o possível encerramento das urgências.-- Terminou, afirmando que estava em desacordo com o Presidente da Junta de Aboim, mencionando que os limites das freguesias poderiam ter sido alterados e se não foram apresentadas propostas, foi porque quem tinha vontade na agregação não tinha vontade em resolver esses problemas.-----

Afirmou, ainda, que ia estar atento aos Senhores Presidentes de Junta que fizeram chegar votos de protesto formal contra a Lei 22/2012, sobre o seu sentido de voto da presente proposta, lembrando que tinham sido eleitos pelos seus concidadãos e não pelo partido que representavam.-----

-----Seguidamente, interveio **José Rodrigues**, do PSD, para dizer aos Presidentes de Junta das Freguesias de Aboim e Moreira do Rei que deveriam estar atentos à Assembleia Municipal e ouvir o Presidente da Assembleia, voltando a lembrar que os Membros que integraram a Comissão não estavam vinculados à proposta apresentada.-----

Reportando-se à intervenção do líder da bancada PS sobre a proposta, mencionou que tinha ficado com a sensação que de facto a proposta apresentada pela Comissão era a proposta do PS.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer que o mapa distribuído era o resultado dos mapas apresentados na Comissão pelos representantes dos grupos partidários e das conversas tidas, sem processos viciados. Reafirmou, ainda, que a Assembleia deveria ter respeito pelo trabalho que, bem ou mal, foi executado pela Comissão composta por Membros da Assembleia.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Pedro Sousa**, do PSD, para dizer que respeitava muito o trabalho da Comissão, no entanto não tinha que concordar com tudo o que era feito, que tinha a sua opinião.-----

Mencionou, ainda, que colocou a questão com o sentido de trazer para discussão pública o que lhe parecia mais interessante, afirmando que havia agregações que não faziam sentido, salientando que com isso não pretendia desrespeitar a Comissão.-----

Sobre a localização das sedes proposta, que seria atribuída à freguesia maior, sugeriu que fosse sediada na melhor freguesia.-----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que a localização da sede estava relacionada com o facto de estar próxima do maior número de pessoas.-----

-----Posteriormente, voltou a intervir o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim** para questionar se os membros dos grupos representados na Comissão não tinham conhecimento da proposta apresentada pela Comissão, ao que o **Presidente da Mesa**, em nome da Comissão, **esclareceu** sobre a existência de um código de ética entre os Membros que integraram a Comissão no sentido de, aquando da discussão sobre a matéria em causa, não utilizarem as conversas tidas como arma de arremesso na presente sessão.-----

Voltou a intervir o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim** para mencionar que estava em desacordo, afirmando que todos os Membros da Comissão deveriam opinar no sentido de clarificar muitas das ideias trocadas.--

-----Voltou a intervir o **Presidente da Junta de Freguesia de Armil** para uma vez mais questionar sobre o critério utilizado para a agregação das freguesias de Armil e Silvaes S. Martinho.-----

-----O **Presidente da Mesa** esclareceu que os argumentos eram os constantes no documento anexo ao mapa.-----

-----Posteriormente interveio o **Secretário da Junta de Freguesia de Silvaes S. Martinho** para mencionar que a Assembleia de Freguesia tinha aprovado uma proposta que continha três opções: a primeira em que ficariam sós, a segunda, que era a que tinha mais lógica agregavam a Silvaes S. Clemente, e a terceira e mais remota seria uma agregação a Armil. Constatou, ainda, que na zona central do concelho havia freguesias com menor população que não tinham sido agregadas, sugerindo a reavaliação do assunto.-----

-----Usou da palavra **José Augusto Sousa, do PSD**, para afirmar que ninguém do seu partido conhecia as propostas apresentadas na Comissão, não quebrando assim o compromisso de honra assumido na Comissão.-----

-----Posteriormente usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Fafe** para comentar o mapa apresentado e afirmar que não deveriam ter tocado nas freguesias rurais, as mais longínquas.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha**, do PS, dirigindo-se a Miguel Summavielle, para afirmar que tinham noções diferentes de defender o interesse das populações, mencionando que entendia que a

proposta apresentada defendia os interesses da população, se comparada com uma proposta vinda de Lisboa. Afirmou, ainda, que não lhe tinha ficado bem dirigir-se aos Presidentes de Junta, em tom de ameaça, quando afirmou que ia ficar atento ao sentido de voto deles. -----

-----Não havendo mais inscrições, passou-se à votação e nesses termos foi colocada a votação a Proposta de Reorganização Administrativa, distribuída, que resultou da Comissão designada pela Assembleia, sendo **aprovada, por maioria, com quarenta votos a favor, vinte e seis contra e cinco abstenções.**-----

Foram apresentadas declarações de voto pelos seguintes Membros, que ficam apenas à presente ata e que dela fazem parte integrante: Carlos Rogério Oliveira Rodrigues, Isabel Maria de Oliveira Ferreira e João Manuel Oliveira Vieira Mendes, eleitos pelo PS; O Grupo de “Independentes Por Fafe” (IPF); O Presidente da Junta de Freguesia de Fareja; O Presidente da Junta de Freguesia de Gontim; O Presidente da Junta de Freguesia de Armil; O Presidente da Junta de Freguesia de Silvares S Clemente; O Presidente da Junta de Freguesia de Aboim; O Presidente da Junta de Freguesia de Agrela, O Presidente da Junta de Freguesia de Seidões; O Presidente da Junta de Freguesia de Queimadela e o Presidente da Junta de Freguesia de Serafão.---

-----Terminada a ordem de trabalhos, pelo Presidente da Mesa, foi lida a minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---